



**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CERH – 29/11/2018**

1 CONSELHEIROS PRESENTES

2 Bruno Henrique Beilfuss – representante suplente da Secretaria de Estado do  
3 Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS;

4 Patrice Juliana Barzan – representante titular da CASAN;

5 Guilherme Miranda – representante suplente da Associação Brasileira de Recursos Hídricos  
6 – ABRH;

7 Ricardo Marcelo de Menezes – representante titular do Fórum Catarinense dos Comitês de  
8 Bacias Hidrográficas;

9 Bento Garcia – representante titular da Secretaria de Estado da Agricultura e  
10 Desenvolvimento Rural – SAR;

11 Marledo Egídio Costa – representante titular da Polícia Militar Ambiental – BPMA;

12 José Carlos Muller Filho – representante suplente da Secretaria de Estado da Infraestrutura –  
13 SIE;

14 Alвори José Cantu – representante suplente da Associação Brasileira de Irrigação e  
15 Drenagem – ABID/SC;

16 Sérgio Marini – representante suplente da Associação Catarinense de Irrigação e Drenagem  
17 – ACID;

18 Fábio Castagna da Silva – representante suplente do Instituto do Meio Ambiente – IMA/SC;  
19

20 OUTROS REPRESENTANTES

21 Fábio Luiz Zandonai – Secretário Executivo do CERH;

22 Renato Bez Fontana – SDS;

23 Anderson Pace – SDS;

24

25

26 INÍCIO: 09h TÉRMINO: 12:30h

27

28 Às nove horas do vigésimo nono dia do mês de novembro de dois mil e dezoito, na sala de  
29 reuniões da SCParcerias, no Centro Administrativo do Estado, reuniram-se os membros  
30 acima nominados para discutir, conforme a ordem do dia, os seguintes assuntos:

31

32

33 **Abertura:**

34

- 35 • Aprovação da Ata da 49ª Reunião Ordinária;

36

37

38

39 **Deliberações sobre:**

40

41

- 42 • Resolução CERH *ad referendum* nº 28/2018 sobre Avaliação de Metas de 2017  
43 do PROCOMITES;

44

45



**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CERH – 29/11/2018**

- 46 • Homologação da alteração do § 3º do artigo 17 da Resolução 02/14 sobre a  
47 qualificação das captações consideradas insignificantes – Resolução CERH nº  
48 29/2018.  
49  
50  
51 • Entendimento do CERH sobre enquadramento dos corpos d'água da Bacia  
52 Hidrográfica do Rio Cubatão Norte.  
53  
54  
55 • Proposta de cronograma de reuniões CERH- 2019.  
56

57 **Assuntos gerais.**  
58  
59  
60

61 Com início às 9:30, o Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos  
62 (CERH), Fábio Zandonai, abriu a 50ª Reunião Ordinária do CERH, iniciando pela  
63 “Aprovação da Ata 49ª da Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos”,  
64 sendo questionado se algum conselheiro teria alguma consideração sobre o texto, não  
65 havendo considerações, foi aprovada a ata. O conselheiro Bruno deu início à ordem do dia,  
66 primeiramente citando a Moção da última reunião, dizendo que o Secretário da SDS está  
67 ciente e de acordo com o texto mas que ainda a mesma não foi publicada. Que um dos itens  
68 da Moção é a estruturação da Outorga e da equipe e que será encaminhada junto com a  
69 reforma administrativa. Citou ainda que a Moção teve um alcance esperado pela  
70 repercussão que houve. Na sequência, alguns conselheiros não receberam a Ata por email  
71 sendo que o secretário do CERH Fábio Zandonai iniciou a leitura da mesma. Após a leitura  
72 a conselheira Patrice Barzan afirmou que está bem redigida a Ata mas com alguns pontos  
73 para corrigir que serão ajustados, sendo que o conteúdo está perfeito. O conselheiro Bruno  
74 Beilfuss propõe 2 tarefas para a Câmara Técnica de Outorga (CTORH) e Câmara Técnica  
75 de Assuntos Legislativos (CTIL), sendo uma consolidação dos critérios de outorga para dar  
76 mais clareza aos processos, através de um documento único, visto que a outorga deve ser  
77 encarada como prioridade do novo governo e da SDS, e a definição de critérios mínimos  
78 para a solução de conflitos, para não entrar na individualidade junto aos Comitês e sim com  
79 parâmetros bem definidos para a celeridade dos processos. Como exemplo ele cita ao plano  
80 de bacia do Rio Itajaí, que deve passar por uma revisão dos critérios de outorga para novos  
81 conflitos pelo uso da água. O conselheiro Guilherme Miranda cita que dentro do  
82 gerenciamento de recursos hídricos seria o ideal ter um manual básico bem simples e  
83 didático, com formulários e dicas, separado por tipo de usos  
84 Ainda citou que em relação a parte técnica para a confecção das Portarias de Outorga a SDS  
85 utiliza a regionalização hidrológica de 2010 com dados mensais e que o usuário hoje capta  
86 com dados instantâneos, existindo uma diferença enorme na disponibilidade hídrica. Uma  
87 preocupação do conselheiro Guilherme é a questão dos usuários que alteram o regime  
88 hidrológico à montante (PCHs) que não está sendo levado em consideração na análise e  
89 emissão das Portarias de outorga de Direito de Uso. Em uma reunião em Brasília, foi  
90 observado que não existe comunicação entre o Operador Nacional do Sistema (ONS) com a  
91



**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CERH – 29/11/2018**

92 ANEEL e a ANA, causando um grave problema. A proposta é de fazer um convite para o  
93 Operador Nacional do Sistema participar das reuniões do CERH, especificando qual a regra  
94 utilizada pelo mesmo no Estado. Um exemplo é o caso da ADASA, órgão gestor de  
95 recursos hídricos do Distrito Federal que criou um regramento para o Lago Paranoá, o qual  
96 opera em usos múltiplos. A idéia é criar um regramento no estado com relação ao ONS,  
97 para deixar bem claro a utilização dos recursos hídricos. O conselheiro Bruno informou que  
98 os maiores problemas no Estado estão com as PCHs. O conselheiro Guilherme cita que as  
99 PCHs tem contrato de geração de energia com o ONS visando diretamente o valor  
100 econômico através da energia que é colocada no Sistema. Foi recomendada essa questão  
101 para discussão na CTORH. Continuando, o secretário Fábio segue a pauta com o item  
102 **“Resolução CERH ad referendum nº 28/2018 sobre Avaliação de Metas de 2017 do**  
103 **PROCOMITES;”**. Passada então a palavra ao conselheiro Bruno Beilfuss menciona que  
104 ANA solicitou no final de outubro a remessa dos relatórios assinados pelo Secretário e pelo  
105 CERH em função do prazo para pagamento da segunda parcela. Ele cita que o Estado teve  
106 muitas dificuldades para o cumprimento das metas e para fazer em tempo hábil o repasse  
107 dos valores aos Comitês desmobilizando a base técnica, sendo esse o maior empecilho  
108 desse processo com um alcance efetivo de 60% das metas. Existe a cobrança do Pró-  
109 Comitês para a inclusão no sistema dos Planos de Bacia, dos Termos de Referência, dos  
110 Editais, Planos já concluídos e de tudo ligado ao planejamento. Foi realizado um esforço  
111 para lançar todas as metas dos comitês, sendo que uns tiveram dificuldades. O Conselheiro  
112 Bruno mostrou a planilha de cumprimento das metas, citando item por item, até o  
113 percentual de metas certificadas por comitê, concluindo com um total geral do Estado de  
114 60%. Citou que o Pró-Comitês reflete a importância do apoio aos comitês, reforçando a  
115 manutenção nesta gestão participativa. Foi recebido R\$ 500.000,00 sendo investidos  
116 basicamente R\$ 155.000,00 na organização do Fórum Estadual e do ENCOB e ficando um  
117 saldo remanescente de R\$ 345.000,00 na conta da SDS para ser aplicado em capacitação,  
118 treinamento, gestão dos Comitês com as entidades executivas. Os 60% que foram  
119 certificados pela ANA representam para o próximo ano (2019) cerca de R\$ 300.000,00.. A  
120 conselheira Patrice cita que em uma reunião à convite da ANA na cidade de Curitiba, sobre  
121 Planos de Segurança de Barragens, o superintendente Rodrigo Flecha afirmou que eles  
122 estão muito preocupados com a questão de repasse aos comitês, visto que ao término do  
123 Programa Pró-Comitês, como que os Estados farão para repassar recursos do FEHIDRO, o  
124 que não tem feito devido ao Pró-Comitês. Os técnicos da ANA não estão vendo a  
125 progressão na gestão dos Comitês, e com isso a conselheira solicita levar ao novo governo  
126 uma proposta de evolução para a manutenção dos Comitês. O conselheiro Ricardo Menezes  
127 cita que foi realizada uma reunião no final de 2016 com a ANA, no caso do Pró-Comitês,  
128 para o regramento das metas, onde foram definidas as ações que deveriam ser realizadas.  
129 Menciona que foi acertado entre ANA, Estado e comitês uma coisa e está sendo feita outra.  
130 Afirma que os relatórios devem ser enviados antecipadamente aos Comitês para após o  
131 CERH homologar e disse que os dados enviados não retratam uma situação real, e que não  
132 deve ocorrer isso na gestão dos Comitês no estado de Santa Catarina. Cita o exemplo da  
133 região Oeste onde os recursos chegaram depois de 2 anos. O conselheiro Sérgio Marini  
134 menciona a preocupação com o acordo com o Ministério Público Federal onde seriam  
135 realizadas ações que criaram grande expectativa e não puderam ser realizadas pela falta de  
136 recursos e de equipe técnica. Um exemplo é que o Comitê deveria intermediar o conflito no  
137 Rio Mampituba (afluentes) e não conseguiu dar respostas ao MPF, que determinou a



**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CERH – 29/11/2018**

138 retirada do barramento. Se não implantar uma política definitiva de recursos hídricos e  
139 fortalecimento dos Comitês, a situação ficará insustentável, visto que muitos prefeitos da  
140 região de Araranguá demandam apoio do Comitê para a intermediação de diversos  
141 conflitos, como a extração de seixos. Cita que não existe a mínima estrutura, com uma  
142 grande fragmentação dos Comitês. Existem muitos conflitos na região e agora que o  
143 Comitê, após 1 ano e meio, está tentando se reorganizar com uma equipe técnica capacitada  
144 para dar respostas à sociedade. Propõe que seja encaminhado ao novo governo a definição  
145 de uma política definitiva para os Comitês. A conselheira Patrice menciona que as  
146 entidades executivas não conseguem contratar técnicos de nível elevado para auxiliar os  
147 Comitês, continuando somente como voluntárias e as entidades executivas não fazem o  
148 papel de entidades delegatárias. O conselheiro Bruno menciona que o modelo de entidades  
149 executivas nunca foi pensado para ter um corpo técnico de nível superior. Citou que esse  
150 não é o modelo ideal mas houve avanço. Até agora não se verificou um processo onde o  
151 comitê tivesse tudo organizado, com atas sistematizadas e questões administrativas em  
152 ordem. O conselheiro Guilherme pergunta quem faz a fiscalização das ações executadas  
153 pelas entidades executivas, que foram criadas para auxiliar os comitês. É o Comitê, é a  
154 SDS, é o Fórum de Comitês, é o CERH? Se existe um plano de trabalho, as tarefas devem  
155 ser executadas ou não terá pagamento. A outra situação é a questão da falta de recursos,  
156 falta de manutenção, levantadas pelos conselheiros. Guilherme cita que em outras reuniões  
157 foram mostradas situações do uso de recursos do FEHIDRO pra diversas instituições que  
158 não fazem parte da Gestão de Recursos Hídricos. Repasse para Radar, Planos de  
159 Saneamento, etc. O que não acontece é um empoderamento do Diretor e do Secretário para  
160 direcionar o cumprimento das metas necessárias para a gestão de recursos hídricos. Como  
161 resultado acontece o não atendimento às metas do Progestão e do Pró-Comitês. Comentou  
162 que muitas vezes o próprio Conselho aprovou repasses do FEHIDRO sem ter conhecimento  
163 dos fatos. Frisou a importância do Secretário ou Secretário Adjunto para presidir as  
164 reuniões do Conselho. Argumentou que o Secretário Adjunto em outras secretarias é um  
165 técnico. A conselheira Patrice comenta que participou da criação da ACAT (Cubatão Sul,  
166 Tijucas e Camboriú) e funcionou muito bem porque as regras de prestação de contas não  
167 seguiam os critérios da Lei Federal n.13.019. Quando houve mudança nessa situação,  
168 devendo seguir essa Lei Federal, não houve clareza no repasse das informações por parte da  
169 Diretoria de Recursos Hídricos. O conselheiro Bruno contesta essa situação e diz que faltou  
170 ajustes e faltou capacitação para o cumprimento das metas. Como exemplo, a entidade diz  
171 que fez dez reuniões mas não tem condições de comprovar porque não tem uma ATA, uma  
172 lista de presença, etc. Houve a percepção de que isso vai além do financeiro e entra na  
173 questão administrativa. O mérito da questão é se o apoio foi prestado pela entidade, que  
174 apresenta dificuldades para comprovar isso. Para todos os contratos existe um gestor fiscal  
175 e com isso a partir de agora, será dada orientação e capacitação de como fazer as prestações  
176 de contas. Os processos terão sequência por parte do comprometimento entre Secretaria e  
177 Comitês. A conselheira Patrice cita que a situação ficou diferente e deve ser conversada  
178 com as diretorias dos comitês Solicita maior apoio da SDS, visto que hoje está a cargo de 2  
179 funcionários que se sobressaem. O conselheiro Bruno cita que esse modelo não é ideal por  
180 2 razões: o gasto de energia em um processo com imensa burocracia e pelo não atingimento  
181 das metas. Existem 2 anos para a mudança desse modelo. A conselheira Patrice afirma que  
182 em 2017 em reunião com a ACAT e a Associação do Itajaí foi mostrado um sistema que  
183 iria gerenciar essas atividades e o mesmo não funcionou. O conselheiro Guilherme



**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CERH – 29/11/2018**

184 argumenta que o novo Secretário da SDS tem que dar prioridade às questões de gestão de  
185 recursos hídricos. O Conselheiro Ricardo Menezes propõe uma reunião no início do ano  
186 de 2019 com os Comitês e as entidades executivas para discutir as metas e o modelo atual.  
187 O conselheiro Sérgio Marini concorda em chamar todos os comitês, Diretor de Recursos  
188 Hídricos, Secretário e o grupo de conselheiro para definir o que será feito nesse novo  
189 mandato. O conselheiro Guilherme afirma que em algum momento a situação dos recursos  
190 hídricos será caótica e que isso tem que ser resolvido urgentemente. O conselheiro Bruno  
191 afirma que deve haver uma reunião entre os Comitês, a SDS e as entidades executivas para  
192 dirimir várias questões e cita que o modelo das mesmas funcionou parcialmente. Cita que  
193 o processo terá que ser discutido e mudado. O conselheiro Bruno retorna à pauta do Pró-  
194 Comitês perguntando se alguém tem algo a acrescentar sobre essa pauta. O conselheiro  
195 Guilherme se manifesta dizendo que se nem o Fórum de Comitês tomou ciência do relatório  
196 das atividades, como que ele iria aprovar uma resolução Ad Referendum assinada pelo  
197 Secretário, ou seja, apoiar esse documento. Cita que o relatório teria que ser encaminhado  
198 para o Fórum de Comitês discutir, avaliar e deferir. A posição do conselheiro Guilherme é  
199 para a não aprovação dessa minuta de resolução. O conselheiro Bruno cita que o que deve  
200 ser aprovado é o que realmente foi realizado pelos comitês. O relatório foi construído sobre  
201 algumas demandas que foram aos Comitês e relatados e consolidado. Propõe a discussão  
202 entre os membros do conjunto de informações que compôs o relatório e a partir daí fazer  
203 uma ratificação do mesmo. Remeter isso à CTIL juntamente com os comitês e após trazer o  
204 parecer junto ao plenário do CERH. A conselheira Patrice cita o artigo 7 do regimento  
205 interno perguntando sobre o caráter de urgência dessa resolução. O conselheiro Bruno  
206 responde que já tinha informado que a ANA solicitou o envio no início de novembro, em  
207 função dos prazos financeiros para pagar ainda esse ano. O gerente de outorga Renato  
208 Fontana comenta que é essencial aprovar a resolução para não ter problemas em relação ao  
209 repasse de recursos da ANA. Mesmo com dificuldades ao longo do período houve avanços  
210 e no ano de 2019 que as falhas sejam ajustadas. O conselheiro Bento Garcia propõe um  
211 registro dessa situação para a nova gestão, com a finalidade de melhoria do sistema todo. O  
212 próximo governo deve priorizar a organização, a estrutura e a gestão dos recursos hídricos.  
213 O conselheiro Marledo comenta que está inseguro com relação à aprovação ou não da  
214 resolução Ad referendum e solicita auxílio dos conselheiros para o encaminhamento. Cita  
215 que se o Secretário da SDS é o presidente, ele tem que estar presente para acompanhar as  
217 decisões. Cita que é uma decisão política do Secretário fazer ou não. O conselheiro Ricardo  
218 Menezes informa que conforme o artigo 9º do regimento interno do CERH pede vistas  
219 desse processo. Explica que enquanto que a resolução Ad Referendum não for analisada  
220 pelo CERH, ela continua válida. A conselheira Patrice fala do inciso 12 do artigo 3º do  
221 decreto nº 1003/1991. O conselho Bruno afirma que mesmo não constando no regimento  
222 interno a concessão de vistas do relatório do Pró-Comitês e seus documentos será feita ao  
223 conselheiro Ricardo com previsão de na próxima reunião ser finalizado. O secretário do  
224 CERH Fábio Zandonai dá sequência à pauta “ **Homologação da alteração do § 3º do**  
225 **artigo 17 da Resolução 02/14 sobre a qualificação das captações consideradas**  
226 **insignificantes – Resolução CERH nº 29/2018**” explanando sobre essa modificação que  
227 será para todas as atividades diminuindo a demanda da outorga. O gerente de outorga  
228 Renato Fontana faz uma breve explicação sobre a vazão insignificante para água  
229 subterrânea. O conselheiro Bruno diz que o objetivo é focar nos maiores usuários de água e  
230 que o custo para os pequenos usuários se torna inviável para sua regularização. O



**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS  
HÍDRICOS – CERH – 29/11/2018**

231 conselheiro Alвори Cantu pergunta quando se chegou a um valor de vazão insignificante de  
232 5 m<sup>3</sup>/ dia e o secretário do CERH Fábio responde que foi através de estudos realizados  
233 desde 2010 com vários dados compilados das legislações estaduais do país. O conselheiro  
234 Bruno comenta que o setor de cadastro emitiu uma nota técnica com cenários para subsidiar  
235 essa alteração. Segue informando sobre a nota técnica com relação aos usuários  
236 cadastrados. A conselheira Patrice cita que em perímetro urbano onde passa rede de  
237 abastecimento não é autorizado a captação de água subterrânea. Existe casos específicos  
238 onde as concessionárias não conseguem abastecer e com isso pode ser autorizado a  
239 captação de água subterrânea. O conselheiro Guilherme comenta que o setor de cadastro  
240 deve fazer uma curva de uso e número de usuários. Esta curva vai indicar o ponto de corte  
241 para a gestão de recursos hídricos. O secretário do CERH Fábio pergunta se alguém tem  
242 alguma sugestão e a alteração é aprovada. Por último coloca-se a pauta “ **Entendimento**  
243 **do CERH sobre enquadramento dos corpos d’água da Bacia Hidrográfica do Rio**  
244 **Cubatão Norte**” onde o IMA solicita informações sobre o enquadramento da bacia do Rio  
245 do Braço, através de ofício direcionado à SDS. A conselheira Patrice cita que o plano de  
246 bacia do Cubatão Norte foi aprovado em 2006 e a Resolução CERH nº 001/2008 em 2008  
247 e que a Resolução CNRH nº 91/2008 delibera sobre critérios de enquadramento de corpos  
248 d’água. Com base nessa resolução do CNRH a proposta de enquadramento do Rio Itajaí foi  
249 devolvida para ser refeita, ou seja, não é aprovando o plano de bacia que você aprova os  
250 critérios de outorga e de enquadramento. Não existe resolução de enquadramento para a  
251 bacia do Rio Cubatão Norte, e continua valendo a Resolução CERH nº001/2008. Sugere o  
252 encaminhamento para a CTIL e para a Câmara Técnica de Enquadramento com a finalidade  
253 de um parecer técnico final. O conselheiro Bruno tem o mesmo entendimento da  
254 conselheira Patrice. Fica o entendimento de manter o enquadramento indicado na  
255 Resolução CERH nº 001/2008 ( classe 2) até que se apresentem os estudos de acordo com a  
256 Resolução CNRH nº 91/2008. O conselheiro José Carlos Muller menciona que a ATA deve  
257 ser entregue ao Novo Secretário da SDS e ao Governador para cobrar participação e  
258 engajamento dos mesmos nas discussões sobre recursos hídricos. O conselheiro Guilherme  
259 propõe um relatório sobre as atividades aprovadas e não aprovadas no CERH para  
260 apresentação ao Secretário e ao Governador. O secretário do CERH Fábio apresenta o  
261 cronograma de reuniões para o ano de 2019. Em assuntos gerais, o gerente de outorga  
262 Renato faz uma explanação sobre a área de outorga, onde citou avanços. Falou também  
263 sobre as questões das barragens (plano de segurança) e do Programa SC +Energia. Por fim,  
264 o Conselheiro Bruno Henrique Beilfuss fez uma explanação sobre os 4 anos que está a  
265 frente da Diretoria de Recursos Hídricos sobre avanços e dificuldades e perguntou se teria  
266 mais algum ponto a ser discutido, não sendo levantado mais nenhum assunto, agradeceu  
267 pela presença e participação ativa de todos, e deu por finalizada a reunião.

268

269

270

271

272

Florianópolis, 29 de novembro de 2018.

273

274

275

276

Fábio Luiz Zandonai  
Secretário Executivo do CERH



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**  
**CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CERH**

**ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS**  
**HÍDRICOS – CERH – 29/11/2018**